



A literatura de viagem do século XIX como fonte para o estudo do patrimônio cultural de três distritos de Ouro Preto (MG)

Travel Literature From the 19th Century as a Source for the Study of the Cultural Heritage of Three Districts of Ouro Preto (MG)

Maria do Carmo Pires

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais / Brasil.

maricipires@ufop.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-0160-2516>

Alex Fernandes Bohrer

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Ouro Preto, Minas Gerais / Brasil.

alex.bohrer@ifmg.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-3289-3021>

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar como três distritos de Ouro Preto – Cachoeira do Campo, Glaura e São Bartolomeu – foram retratados nos diários dos viajantes estrangeiros que visitaram a região no século XIX e avaliar as continuidades dos aspectos relatados no tocante ao patrimônio. A literatura de viagem é uma importante fonte histórica que possibilita a análise da estrutura social, dos aspectos naturais e do patrimônio das localidades. Todos os viajantes em seus diários deram destaque à formação urbana dos locais onde passavam com o arruamento em torno das igrejas. Isso permitiu também vislumbrar manifestações intangíveis que ainda fazem parte da memória afetiva de suas populações e são importantes registros do patrimônio das localidades, como as festas dos santos padroeiros e os festivais que ainda ocorrem no entorno das antigas igrejas. Buscou-se interpretar o patrimônio das localidades e foi possível identificar que a herança cultural dos três distritos, que foi retratada nos diários de viagens, é permeada de elementos materiais e elementos simbólicos que são inseparáveis e ainda resistem.

Palavras-chave: literatura de viagem; patrimônio cultural; memória; distritos de Ouro Preto; Minas Gerais.

Abstract: This article aims to analyze how three districts of Ouro Preto – Cachoeira do Campo, Glaura and São Bartolomeu – were portrayed in the diaries of foreign travelers who visited the region in the 19th century and to assess the continuities of the aspects related to heritage. Travel literature is an important historical source that enables the analysis of the social structure, natural aspects and heritage of localities. All travelers in their diaries highlighted the urban formation of the places they passed, with the streets around the churches. This also allowed glimpses of intangible manifestations that are still part of the affective memory of their populations and are important records of the heritage of the locations, such as the feasts of patron saints and festivals that still take place around the old churches. We sought to interpret the heritage of the localities and it was possible to identify that the cultural heritage of the three districts, which was portrayed in the travel diaries, is permeated by material and symbolic elements that are inseparable and still resist.

Keywords: travel literature; cultural heritage; memory; districts of Ouro Preto; Minas Gerais.

1 Introdução

A cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, serviu de inspiração para políticos, artistas e ideólogos que estavam discutindo o patrimônio cultural brasileiro entre a virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Foi partindo da preocupação em preservar o acervo das antigas cidades coloniais, principalmente da região de Minas Gerais, que foram criados os primeiros órgãos de preservação no Brasil e os instrumentos de proteção no final da década de 1930. Ouro Preto foi também a primeira cidade brasileira a ser considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 1980 e, nas palavras de Cesário Alvim, “Ouro Preto, por exemplo, já é por si só um grande museu” (*Apud* BRAGA, 2010, p. 26). O processo de reconhecimento patrimonial de determinados lugares, como das consideradas “cidades históricas mineiras”, com suas ruas, becos, igrejas e casarios que contam um pouco da história das Minas Gerais setecentistas, fazem parte do processo de construção e de definição dos lugares de memória, que são escolhidos de acordo com as perspectivas, discussões e interesses do presente pelo medo da perda de uma identidade, seja de um grupo

ou de uma nação (NORA, 1993). Entretanto, quando várias dimensões do patrimônio são levadas em consideração, principalmente no tocante aos aspectos intangíveis, nem sempre é o medo da perda que move o reconhecimento pelas comunidades, mas mostrar que determinados bens culturais fazem parte de suas vivências e formas de se expressar e de ver o mundo e, por isso, o patrimônio é dinâmico e pode ter novos elementos incorporados. Segundo José Reginaldo Gonçalves (2015, p. 213), o estudo do patrimônio não deve se limitar aos aspectos que são encontrados principalmente nos discursos ocidentais e modernos porque não se trata de “descobrir, defender e preservar” uma identidade previamente dada e em risco de se perder. Conforme destaca este autor,

Trata-se, antes, da forma como esses povos e grupos se situam em suas relações com a ordem cosmológica, natural e social, preocupados em interagir com as diversas entidades do universo: os deuses, os mortos, os antepassados, os parentes, os vizinhos, os animais, as plantas etc. Do ponto de vista de suas cosmologias, eles existem individual e coletivamente na medida em que fazem parte dessa extensa rede de relações de troca. Nesse sentido, descobrir e defender sua “identidade” não é necessariamente, para eles, um problema. Esta é, na verdade, uma preocupação presente nos discursos e políticas de patrimônio que lhes são impostos quando, sempre com as melhores intenções, se busca preservar seu “patrimônio” e ainda classificá-lo como “patrimônio da humanidade”. Vale assinalar, no entanto, que essa consciência da “identidade” não é inteiramente estranha à sua experiência e pode também ser partilhada por eles em diversas situações sociais (GONÇALVES, 2015, p. 214, grifos do autor).

Se o reconhecimento do valor do acervo patrimonial da cidade de Ouro Preto é inegável, o mesmo nem sempre é notado em relação aos seus distritos que possuem também um rico acervo cultural tangível e intangível, além do patrimônio natural. Este acervo foi sendo guardado ou modificado pelas comunidades, na vivência cotidiana dos moradores que usam e valorizam aquilo que faz parte de suas histórias e suas memórias afetivas. Segundo José Newton Meneses (2006), os viajantes cientistas do século XIX talvez tenham sido os primeiros a interpretar o patrimônio cultural de forma sistemática em seus diários e, desta forma, são importantes fontes para a história dos distritos de Ouro Preto e para o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial

nas localidades. Entretanto, Ilka Boaventura Leite (1996, p. 230) ressaltou que é importante relativizar o uso da literatura dos viajantes como “fundamentos empíricos de explicações sociológicas, históricas, antropológicas” e deve-se levar em consideração o “colonialismo, racismo e etnocentrismo”. Miriam Moreira Leite (1997, p. 15) também destacou que “os viajantes observaram, descreveram e classificaram o mundo social, refletindo, por comparação, sobre a vida cotidiana do grupo visitado”. Desta forma, é importante ressaltar, antes de iniciar a análise proposta neste artigo, que a comparação era quase sempre relacionada aos seus países de origem na Europa e a visão descrita por eles em seus diários muitas vezes era de superioridade em relação ao outro, ou seja, aos moradores do Brasil. Conforme já alertou Miriam Leite (1997, p. 10), o “viajante traz a postura do civilizado diante do povo atrasado, reforçada diante de uma série de obstáculos linguísticos, culturais e econômicos à compreensão do grupo visitado”.

A educação patrimonial, metodologia que tem como objetivo propor ações educativas que envolvem o patrimônio, pode favorecer a ampliação de uma nova visão em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis. Também pode estimular as manifestações culturais, além de contribuir para a promoção, a proteção, o reconhecimento da diversidade cultural das localidades e proporcionar reflexões sobre a identidade social dos moradores. Segundo Fernando Sivieiro (2015, p. 83), a “educação se faz presente ao longo de toda a história da política preservacionista brasileira” e o lema da educação patrimonial “conhecer para preservar”, teria fundamentado a transformação da educação em um instrumento de proteção patrimonial. Segundo o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, publicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 21). Desta forma, a educação patrimonial pode ser um importante instrumento de recuperação da autoestima no sentido de valorizar a memória histórico-cultural das comunidades numa perspectiva dialógica e o uso da literatura dos viajantes do século XIX, como fonte primária, pode contribuir na interpretação das continuidades e descontinuidades do acervo cultural.

Assim, este artigo¹ tem como objetivo analisar como três antigos distritos de Ouro Preto – Cachoeira do Campo, Glaura (antiga Santo Antônio da Casa Branca) e São Bartolomeu – foram retratados nos diários dos viajantes estrangeiros que visitaram a região no século XIX e avaliar as continuidades dos aspectos destacados no tocante ao patrimônio. Para isso, a literatura de viagem é uma importante fonte histórica que possibilita a análise da estrutura sociocultural, dos aspectos naturais e do patrimônio das localidades.

2 Os distritos de Ouro Preto na visão dos cientistas viajantes

Foi durante o século XIX que iniciou um movimento crescente de viajantes de vários países da Europa em missões científicas com o objetivo de conhecer as diversas regiões, estudar a flora, a fauna e as riquezas do Brasil. Isso foi possível após a vinda da Família Real portuguesa em 1808 com a abertura dos portos às nações amigas (LEITE, 1996). Durante suas longas jornadas, vários estrangeiros visitaram Minas Gerais e Ouro Preto e, em seus diários de viagem, é possível identificar um quadro eivado por comparações, construído a partir de referências à Europa e às outras regiões brasileiras visitadas. Todo viajante levava em sua bagagem, em maior ou menor grau, uma imagem pré-concebida do que queria ver e, muitas vezes, o procedimento utilizado para a identificação baseava-se no realce das diferenças. Entretanto, é possível identificar aspectos culturais dos moradores das localidades visitadas e os aspectos regionais que fazem parte do patrimônio cultural e que serviram de base na construção de um perfil dos mineiros e da mineiridade (ARRUDA, 1990).

Mary Anne Junqueira (2011, p. 46) afirma que é “possível encontrar semelhanças em relatos de viagem científicos datados de um mesmo período, no entanto, certamente, o interessado encontrará também consideráveis dissimilitudes”. Ainda segundo esta autora, o relato de viagem é uma forma literária que compreende a “memória de viagem” e “nem sempre trata daquilo que o viajante viu, na hora em que viu e como as coisas se deram”, mas sempre compreendem narrativas diferentes (JUNQUEIRA, 2011, p. 49). Desta forma, a literatura de viagem

¹ Parte do texto foi elaborado inicialmente para ser apresentado no *IV DiverMinas – Encontro sobre a Diversidade Linguística em Minas Gerais*, na Mesa Redonda intitulada *Educação Patrimonial: Toponímia, História e Memória*.

compreende referências importantes para a contextualização das práticas sociais, da vida cotidiana e da análise patrimonial dos lugares visitados. Segundo Elisa Schemes (2015, p. 11), “o relato de viagem é sim fonte documental e deve receber tratamento como tal, mas é também literatura de viagem e o historiador não deve descuidar de suas especificidades”.

Em viagens científicas, os viajantes hospedavam-se nas casas de moradores de destaque nas localidades e, a partir daí, deslocavam-se para os arredores aprimorando seus conhecimentos e recolhendo informações sobre os lugares que visitavam. É importante mencionar que todos levavam consigo uma carta de apresentação do governo com a sua identificação e seus objetivos. Essa carta permitia trânsito livre e boa acolhida nas localidades. Com este documento eram recebidos em residências mais abastadas de pessoas ligadas às esferas do poder local, em grandes e pequenas fazendas e também conseguiam vantagens. Na ausência destas fazendas era nas casas particulares e ranchos que a mesma obrigação de receber e dar pouso era garantida. Esta carta de referência permitia também que o viajante em missão científica tomasse posse de qualquer animal disponível caso fosse necessário, segundo relato do geólogo e metalurgista alemão Barão de Eschwege (2002) que morou em Vila Rica entre os anos de 1811 a 1821.

Foram muitos e de várias nacionalidades os viajantes que percorreram Minas Gerais, como o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (2004), o comerciante inglês John Luccock (1975), o mineralogista e diplomata inglês Richard Francis Burton (2001), o também mineralogista, médico e botânico austríaco Johann Emanuel Pohl (1951), além dos alemães, o zoólogo Johann Baptist von Spix e o botânico Carl Friedrich von Martius (2017), e o naturalista Hermann Burmeister (1980). A partir dos seus diários, é possível identificar as dificuldades pelos quais passaram durante suas viagens e os pousos que se hospedaram ao longo dos trajetos que percorreram. Também pode-se constatar os comentários e a percepção dos mesmos no que se refere à hospitalidade, às condições físicas destes lugares e à alimentação oferecida e também à descrição do comportamento e dos hábitos dos moradores das Minas que encontravam por seus caminhos.

Nas longas jornadas pelos caminhos mineiros, alguns viajantes passaram pelos antigos arraiais de Cachoeira do Campo, Casa Branca (Glaura) e São Bartolomeu e deixaram suas impressões que são importantes para a compreensão das continuidades e descontinuidades

culturais das comunidades. Saint-Hilaire (2004), em sua passagem pela região, fez um relato de como os arraiais se formaram, do ciclo do ouro e de como se voltaram para a agricultura e a pecuária. Em sua viagem no ano de 1818, relatou que “a cerca 2 ½ léguas de Ana de Sá”, passou por uma “aldeia que ainda [era] cabeça de uma paróquia, a de Casa Branca ou Santo Antônio de Casa Branca” e acrescentou que a localidade foi construída sobre o morro acima do Rio das Velhas (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 80). Achou a igreja barroca de Santo Antônio muito bonita e presenciou uma cerimônia de enterro dentro dela, como era comum em toda Minas Gerais barroca desde o início do século XVIII.

Entre na igreja de Casa Branca, que é construída de pedra e muito bonita. No momento faziam uma sepultura para uma mulher, cujo corpo havia sido exposto no meio da igreja. Segundo o costume da região o féretro não tinha sido fechado; o corpo vestido e o rosto descoberto. As pessoas de condição inferior são ordinariamente enterradas fora das igrejas, as outras o são geralmente dentro das igrejas. O uso de epitáfios é quase desconhecido. Também não há o hábito de realizar batismos, casamentos e enterros nas igrejas paroquiais respectivas; os casamentos e batizados podem ser feitos em quaisquer igrejas, bastado para isso a permissão dos curas; para os enterramentos é bastante a vontade do morto, expressa em testamento, para determinar o lugar onde deve ser inhumado (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 81).

Saint-Hilaire também descreveu Cachoeira do Campo como sendo sede de uma paróquia que compreendia três sucursais quando esteve na localidade, dando destaque ao número de habitantes que era elevado para a época, “uma população de mais de 2.180 almas”. Destacou que o antigo arraial tinha sido construído “sobre as encostas de duas colinas opostas”, o arruamento era composto por casas separadas umas das outras e que os governadores possuíam na localidade “uma residência de descanso a que [davam] o nome de palácio”, mas essa casa achava-se abandonada e, segundo ele, ia ser colocada em leilão (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 89).

Neste mesmo ano de 1818 os alemães Spix e Martius (2017) também passaram por Casa Branca quando se dirigiam de Vila Rica à Vila de Sabará. Citaram o pouso do arraial como um lugar agradável e hospitaleiro, apesar das dificuldades de encontrar o caminho:

Depois de uma caminhada de quatro léguas, abriu-se a montanha e achamo-nos no meio dos campos abertos e à vista da serra de Capanema diante do arraial de Santo Antônio de Casa Branca, onde nos proporcionava bom pouso para a noite uma venda, bem sortida, por estar perto da capital. (SPIX & MARTIUS, 2017, p. 18, vol. 2)

A hospitalidade, muito divulgada como característica do povo mineiro, encontrou nos relatos dos viajantes estrangeiros do século XIX a base para seu estudo. Maria Arminda Arruda (1990) utilizou a literatura de viagem do século XIX para analisar a *mitologia da mineiridade*, ou seja, o processo de construção de uma identidade do povo mineiro, pertencente “à memória de identificação coletiva existente em Minas Gerais como patrimônio herdado do passado colonial” (PIRES, 2017, p. 413).

Johann Emanuel Pohl (1951), durante sua estada em Minas Gerais, visitou Vila Rica e seus arredores, acompanhado pelo Governador Geral e pelo Barão de Eschwege. Eles também foram a Cachoeira do Campo no dia 01 de fevereiro de 1819 para conhecer o arraial e o palácio de campo onde os governadores passavam grande parte do ano, além da coudelaria real que era um antigo quartel. Durante sua viagem e estadia no local, Pohl (1951) observou as condições dos terrenos além de visitar também um pomar onde observou maravilhado as árvores frutíferas ali existentes, bem como as técnicas de cultivo implantadas pelo alferes conhecido como Curioso, um homem de 67 anos de idade “assim apelidado por ter feito em seu pomar plantações absolutamente incomuns no País [...] Seu pomar bem que merecia ser imitado pelos habitantes, mas eles não lhes prestaram atenção; de um homem laborioso, diziam abertamente que era um esquisitão” (POHL, 1951, p. 429).

O alemão Burmeister (1980), que esteve no Brasil no início da década de 1850, também passou pelos distritos e deixou suas impressões publicadas em seu diário, citando alguns topônimos que ainda existem, como o ribeirão Taboão – na localidade que ainda é conhecida como Taboões – e Bandeirinha que ainda possui o mesmo nome. Destacou também o rancho José Henriques, local muito citado pelos viajantes que passaram pela região na primeira metade do século XIX:

Passamos pelo rancho de José Henrique, onde Auguste de Saint-Hilaire descansara precariamente algumas semanas, e, sem nos deter, dentro em pouco chegamos ao ribeirão do *Taboão*. Subindo outra vez, atingimos a fazenda da bandeirinha e o córrego do

mesmo nome [...] Perto das 2 horas chegamos ao arraial da Casa Branca, situado além do córrego numa elevação considerável. O lugar causa ótima impressão, com sua igreja de pedra, quando avistado ainda de grande distância [...] (BURMEISTER, 1980, p. 237).

E continuando sua jornada, Burmeister (1980, p. 293) avistou “um largo vale no qual [distinguiram] as casas e instalações esparsas de Cachoeira do Campo – ponto final da viagem do dia – a 4 léguas do Rio da Pedras. Por um caminho estreito, [desceram] até a aldeia” e prosseguiu descrevendo a localidade como “um lugar assaz grande, com duas igrejas de pedra e sobre a duas margens de um rio” em um vale “chato e amplo”.

O inglês Richard Burton (2001), depois de conhecer toda a cidade de Ouro Preto no ano de 1867, seguiu em direção à Mina de Morro Velho, que fica atualmente na cidade de Nova Lima. Chegando no Arraial de Santo Antônio da Casa Branca onde descansou por meia hora em “uma espécie de rancho”, Burton (2001) avistou a igreja “muito alva” segundo ele, que também citou que apenas a igreja de pedra tinha restado dos áureos tempos do arraial e que os moradores tinham deixado a mineração para se dedicarem à agricultura e criação de gado. Descreveu também dois moradores centenários que encontrou na localidade: “um lavrador, ou pequeno proprietário, ainda robusto, embora com 100 anos de idade, e uma mulher, dez anos mais velha do que ele, Genoveva Pereira Bastos, parteira, experimentada na profissão – seus trinetos e tetranetos iam a 120” (BURTON, 2001, p. 492).

Ao analisar as informações extraídas dos relatos dos viajantes, o que se tem em evidência no primeiro momento é o destaque dado aos aspectos naturais, ao ordenamento urbano e às impressões que tiveram no encontro com as pessoas dos locais. Apesar da visão etnocêntrica destes estrangeiros que estiveram em terras mineiras, é possível destacar traços sociais e culturais que ainda fazem parte do patrimônio tangível e intangível existente nas localidades estudadas.

3 Continuidades culturais e possibilidades de abordagens de educação patrimonial

Cachoeira do Campo, Glaura (Casa Branca) e São Bartolomeu são distritos pertencentes ao município de Ouro Preto desde o início de suas formações ainda nos primeiros anos do século XVIII. O antigo

arraial de Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira do Campo deve sua origem à paisagem composta por campos propícios à criação de gado e à agricultura. Foi o local escolhido para a construção do palácio de campo dos governadores das Minas Gerais e também para a construção de um quartel para soldados da cavalaria em 1779, por ordem do governador Dom Antônio de Noronha, que foi erguido num ponto estratégico, afastado a meia légua da freguesia (LEMOS, 1908). Os povoados de São Bartolomeu e de Santo Antônio da Casa Branca foram se formando às margens do Rio das Velhas e o último teve o nome alterado para Glaura, no ano de 1943, em homenagem ao poeta Manoel Inácio da Silva Alvarenga (WERKEMA, 2009). Estas três localidades se desenvolveram de maneira semelhante e, além das atividades em torno da mineração, transformaram-se em áreas de produção agrícola e pastoril de grande importância para o mercado urbano que estava sendo criado em Minas Gerais no decorrer do século XVIII (PIRES, 2020).

A herança cultural dos três distritos de Ouro Preto é permeada de elementos materiais e elementos simbólicos que são inseparáveis. Todos os viajantes em seus diários deram destaque à formação urbana das localidades com seu arruamento em torno das Igrejas construídas com pedras e com retábulos ricamente ornados, herança da primeira fase do Barroco em Minas Gerais, conhecida como Nacional Português (BOHRER, 2015). A Matriz de Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira do Campo e as igrejas de São Bartolomeu e de Santo Antônio de Glaura são tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inscritas no Livro de Belas Artes, desde os anos de 1949, 1960 e 1962 respectivamente, estão entre as mais antigas construções de Minas Gerais e são consideradas joias do Barroco (IPHAN, 1949; 1960; 1962). Os povoados surgiram em volta destas igrejas que ainda preservam seus acervos materiais e também as festividades em torno dos santos padroeiros, além de serem os pontos centrais das localidades.

A festa de São Bartolomeu e do Divino Espírito Santo, realizada anualmente no mês de agosto, foi registrada como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Ouro Preto (PREFEITURA, 2015). Em Glaura, as festas de Santo Antônio – que neste distrito é realizada no mês de julho – e a festa do Rosário em outubro, são tradicionais e organizadas pelos moradores da localidade. Também em Cachoeira do Campo a festa da padroeira Nossa Senhora de Nazaré é realizada todo mês de setembro desde o século XVIII. Estas manifestações da religiosidade

católica, com missas, procissões, ruas enfeitadas, bandas de música, barraquinhas e quermesses, preservam a herança do Barroco Mineiro e têm se destacado também como possibilidades para o Turismo Religioso na região. O CRER – Caminho Religioso da Estrada Real –, é considerado “o maior roteiro turístico religioso do Brasil” e tem como objetivo ligar o Santuário de Nossa Senhora da Piedade – na Serra da Piedade pertencente à cidade mineira de Caeté – à Basílica de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Aparecida do Norte no Estado de São Paulo (CRER, s.d). O caminho passa pelos distritos de Glaura (Figura 1) e São Bartolomeu, o que pode gerar impactos positivos no turismo da região, uma vez que as manifestações religiosas, mais que atrativos turísticos, são preservadas pela população como símbolos de identidade e de fé. Desta forma, o turismo pode ser desenvolvido de maneira sustentável, zelando pela preservação e possibilitando o intercâmbio entre culturas.

O turista atento à cultura apreciará melhor seus interlocutores locais e seus costumes, aproveitará melhor seu lazer e poderá valorizar a diversidade cultural, contribuindo, desta forma, para a formação de uma cidadania mais crítica. Não será apenas consumidor passivo da cultura, mas poderá interagir com as diversas manifestações culturais (FUNARI & PINSKY, 2001, p. 11).

Figura 1: Marcos do Programa Estrada Real e do CRER em Glaura.



Fonte: Foto de Alex Fernandes Bohrer (2020).

Sobre as continuidades apresentadas nas leituras dos viajantes estrangeiros do século XIX, pode-se perceber também as manifestações

culturais referentes à gastronomia, aos saberes e aos fazeres artesanais. No tocante à hospitalidade associada aos hábitos alimentares, foi Eduardo Frieiro, no seu clássico *Feijão, Angu e Couve* (1982), que destacou nos diários dos viajantes o que viria a ser conhecida como “comida mineira”, representada principalmente por alimentos produzidos no quintal das casas ou fazendas, carne de porco também criado no quintal e doces de frutos do pomar. Cachoeira do Campo, Glaura e São Bartolomeu se destacam pela existência de festivais gastronômicos que fazem parte do calendário de festas do Município de Ouro Preto. É importante ressaltar que os três distritos, desde o início do povoamento no século XVIII, eram polos de abastecimento alimentar (PIRES, 2020). Em Cachoeira do Campo ocorre a Festa da Jabuticaba há 28 anos (Figura 2) e em Glaura estreou o Festival Gastronômico no ano de 2019, como parte da programação da festa do padroeiro Santo Antônio (Figura 3).

Figura 2: Cartaz da Festa da Jabuticaba de Cachoeira do Campo – 2018



Fonte: *Jornal O Liberal* - 05/10/2018 <https://site.jornaloliberal.net/noticia/216/vem-ai-a-26-festa-da-jabuticaba-de-cachoeira-do-campo>.

Figura 3: Cardápio do Festival Gastronômico de Glaura – 2019.

 <p>Programação</p> <p>Dia - 13/07 13:00 - Abertura do Festival 14:30 - Rua de Lazer e Show com Vinicius Penido 20:00 - Show com Taika 22:30 - Show com Deyvison e Marcelo 02:30 - Encerramento</p> <p>Dia - 14/07 11:00 - Segundo dia do Festival 11:00 - Quadrilha Pé de Serra 12:00 - Show com Dupla Face 14:30 - Show com Bernardo Avelino 17:00 - Show com Quadrado Carbono 20:00 - Encerramento</p>	<p>Cardápio</p> <p>Pratos Salgados</p> <p>Angu à Baiana Tradicional angu à baiana.</p> <p>Caldos de Feijão e Mandioca Tradicional caldo de mandioca e feijão com o delicioso sabor mineiro.</p> <p>Capelenti in Brodo Capelenti de massa fresca recheado com queijos, ao molho especial.</p> <p>Churrasquinhas Dois churrasquinhas, à escolha, acompanhados de farofa e molho barbecue.</p> <p>Delícia Di Grano Pãozinho francês artesanal com carne desfiada ao molho e queijo canastra.</p> <p>Feijão Tropicino Completo Feijão tropicino com arroz, ovo frito, couve e torresmo.</p> <p>Filézinho de Frango Petiscos de frango empanado no gorgolim, acompanhado de maracujá.</p> <p>Mix de Salgados Pastéis caseiros fritos e assados recheados de carne e queijo e coxinhas caseiras.</p>	<p>Pastéis de Angu Pastéis com massa de angu e recheios de carne, umbigo de banana, alho poró, queijo, frango, frango com catupiri, pizza e couve com linguiça.</p> <p>Porco na Lata Porco de porco com ora-pro-nóbis crocante, farofa de panko com bacon e polenta frita.</p> <p>Toucinho de Barriga Toucinho de barriga com farofa de alho e molho agriçoe.</p> <p>Todos os pratos a R\$ 10,00 cada</p> <p>Doces e Sobremesas</p> <p>Brigadeiros Gourmet Surpresa Mineira</p> <p>Doces de Canudo Pé-de-Moleque</p> <p>De R\$2,00 a R\$5,00 cada</p> <p>Chopp Artesanal</p> <p>Beer truck Volks Beer</p> <p>facebook.com/GlauraMG @glauramg</p>
--	--	---

Fonte: *Jornal Voz Ativa* – 10/07/2019 – <https://jornalvoztativa.com/cultura/agenda-cultural/festival-gastronomico-de-glaura-distrito-de-ouro-preto-mg-acontece-nesse-fim-de-semana/>

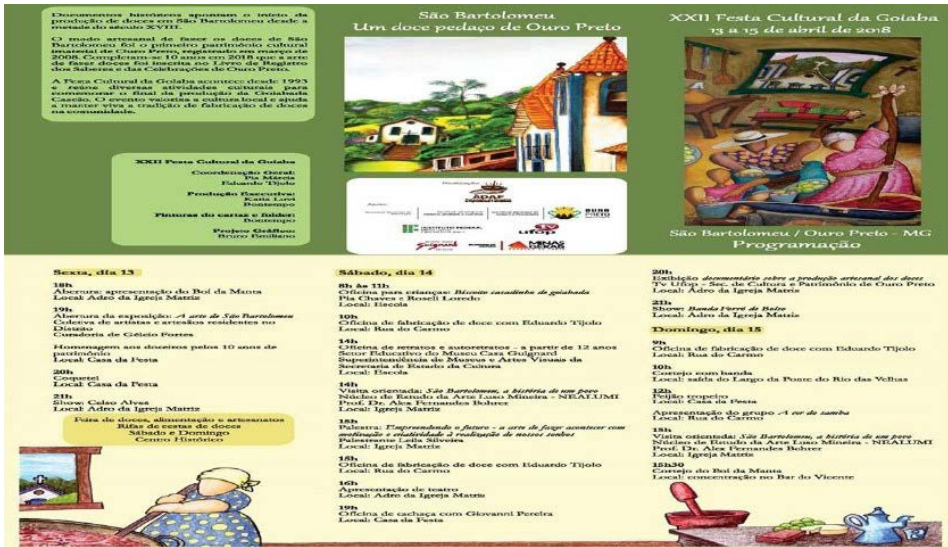
Quando o viajante austríaco Pohl (1951) visitou, no ano de 1819, o já mencionado pomar do alferes “Curioso” também conhecido por “esquisitão” pela população, no antigo quartel de Cachoeira do Campo, foi recebido “com toda espécie de frutas que oferecia o seu bem plantado pomar, com vinho e frutas em conserva”, o que demonstra que a produção local de doces e de vinhos já era consolidada. Também ganhou uma caixa de marmelada “que pesava 50 libras, com a qual fazia considerável negócio com o próximo arraial de São Bartolomeu” (POHL, 1951, p. 429).

A “tradicional produção de doces artesanais de São Bartolomeu” é o primeiro bem cultural do município de Ouro Preto que foi registrado como Patrimônio Cultural Imaterial no ano de 2008 (PREFEITURA, 2008). A produção dos doceiros da localidade foi destacada também nos diários de viagens de Luccock (1975) que foi um dos primeiros a relatar a importância dos doces e do comércio de frutas de São Bartolomeu no ano de 1817, afirmando que a localidade tinha “fama pelos seus doces e [enviava] grande quantidade de marmelada para o Rio de Janeiro” (LUCCOCK, 1975, p. 305). Também Saint-Hilaire (2004) provou e aprovou os doces feitos em São Bartolomeu:

As macieiras e os marmeleiros aí dão muitos frutos e a colheita de marmelos é mesmo de grande importância para a aldeia de S. Bartolomeu, cabeça da paróquia, situada a 1 ½ léguas de José Henriques. Não há, disseram-me, uma pessoa em S. Bartolomeu que não tenha um quintal plantado de marmeleiros e macieiras; os habitantes fazem com os marmelos um doce muito afamado que é posto em caixas quadradas feitas com uma madeira branca e leve chamada caixeta e não somente vendem essas caixas em Vila Rica e seus arredores, mas ainda fazem remessas ao Rio de Janeiro. Comi desses doces; eles têm pouca transparência, porque não há cuidado de eliminar as sementes e o miolo; mas tem gosto quase tão agradável quanto as marmeladas de Orleans (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 83).

Em São Bartolomeu há também no calendário de festas, o “Encontro de Tradições Culinárias” que está em sua sexta edição e, principalmente, a “Festa Cultural da Goiaba” (Figura 4) que está em sua vigésima quarta edição, dando destaque ao modo tradicional de fazer doces da localidade. Esta localidade é a que mais possui bens tombados e registrados entre os distritos de Ouro Preto. Possui a antiga matriz de São Bartolomeu tombada pelo IPHAN e, além dos registros das festas do padroeiro e da tradição da fabricação dos doces, todo o conjunto urbano foi tombado no âmbito municipal no ano de 2005, atendendo a uma solicitação da associação de moradores (PREFEITURA, 2005).

Figura 4: Cartaz da Festa Cultural da Goiaba de São Bartolomeu – 2018.



Fonte: *Jornal Voz Ativa* – 14/04/2018 - <https://jornalvozativa.com/cultura/festa-da-goiaba-de-sao-bartolomeu-em-ouro-preto-mg-acontece-nesse-fim-de-semana-e-celebra-os-10-anos-do-registro-da-producao-doceira-como-patrimonio-imaterial/>

Em todas as festividades já citadas, que ocorrem nos três distritos, são inseridas ações de educação patrimonial na programação e a organização dos eventos fica sob a responsabilidade dos próprios moradores. Os três distritos do município de Ouro Preto ainda preservam as praças das igrejas como centrais para a vivência cotidiana, como já haviam ressaltado os viajantes em seus diários. Na ocupação do território, elas são referências e locais das festividades tanto religiosas quanto profanas e representam aspectos que superam a dicotomia entre o tangível e o intangível.

4 Considerações Finais

As manifestações culturais de Cachoeira do Campo, Glaura e São Bartolomeu podem ser salvaguardadas desde que o território, entendido como local da vida, de sociabilidades, de legitimação de identidade e de pertencimento, seja respeitado juntamente com a autonomia dos habitantes

das localidades. O patrimônio cultural é composto de vivências, de interações e de ressignificações sociais e deve ser entendido enquanto paisagens culturais, numa interação entre o homem, a cultura e a natureza. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas na atualidade, as localidades estudadas têm possibilidade de continuar a desenvolver suas manifestações culturais, uma vez que as iniciativas de preservação e as ações educativas partiram da própria comunidade que é a verdadeira guardiã, ainda mantém as tradições e zela pelos seus espaços de vivência. São manifestações que ainda fazem parte da memória afetiva de suas populações e são importantes registros do patrimônio das localidades, como as festas dos santos padroeiros e os festivais que ainda ocorrem no entorno das antigas igrejas. Buscou-se interpretar o patrimônio das localidades e foi possível identificar que a herança cultural dos três distritos, que foi retratada nos diários de viagens, é permeada de elementos materiais e elementos simbólicos que são inseparáveis e ainda resistem. Segundo Simone Scifoni (2016) o reconhecimento de paisagens culturais pelo IPHAN amplia o entendimento de que toda cultura é dinâmica, tem historicidade e, por isso, “convive com mudanças na paisagem”, entretanto “as transformações devem se articular a formas de desenvolvimento social e econômico sustentáveis, respeitando a preservação dos atributos identificados como de valor” (SCIFONI, 2016, n. p.).

O patrimônio das localidades, relacionado com o passado, a paisagem e os costumes, deve ser preservado desde que seja elaborado um plano de ação interpretativa em relação dialógica com a comunidade. Não é necessariamente o medo da perda que leva à construção identitária de valores. O patrimônio reconhecido por uma comunidade não está ligado diretamente a esse medo, mas ao valor identitário no processo de preservação, uma vez que grande parte foi preservada pela comunidade mesmo antes da criação dos órgãos de proteção. O patrimônio cultural foi preservado pela população que é capaz de guardar aquilo que ela valoriza por si e de modificar também de acordo com as necessidades geradas na vivência cotidiana. Desta forma, as comunidades de Cachoeira do Campo, Glaura e São Bartolomeu são as verdadeiras guardiãs da memória, dos bens culturais e da sua história. São homens e mulheres que “buscaram espaços de sobrevivência e de produção de bens” e acabaram construindo “vida, memória e história” (MENESES, 2006, p. 104).

Referências

ARRUDA, M. A. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BOHRER, A. F. *A talha do estilo nacional português em Minas Gerais: contexto sociocultural e produção artística*. (Tese de Doutorado) Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9VDQXT>>. Acessado em 31/07/2021.

BRAGA, V. M. *Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto*. (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). CPDOC/FGV, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/7709>> Acessado em 16/01/2013

BURMEISTER, H. *Viagem ao Brasil: através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

BURTON, R. F. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2001. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1116>>. Acessado em 15/08/2020.

CRER. *Caminho Religioso da Estrada Real*. Disponível em: <<https://www.caminhoreligiosodaestradaareal.com/>>. Acessado em: 31/07/2021.

ESCHWEGE, W. L. *Jornal do Brasil 1811-1817: ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FRIEIRO, E. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. 2ª. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982.

GONÇALVES, J. R. O mal-estar do patrimônio: identidade, tempo e destruição. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, Nº 55, p. 211-228, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/FqbLtvWWzbnkQGZQsb5jkrjr/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: 21/08/2021.

HORTA, M. L. P.; GRUMBERG, E.; MONTEIRO, A. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré*. 1949. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1382> Acessado em 12/12/2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de São Bartolomeu*. 1960. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1384> Acessado em 12/12/2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Igreja Matriz de Santo Antônio em Glaura*. 1962. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1383> Acessado em 12/12/2020.

JORNAL O LIBERAL. *Vem aí a 26ª Festa da Jabuticaba de Cachoeira do Campo*. Ouro Preto, 05/10/2018. Disponível em: <<https://site.jornaloliberal.net/noticia/216/vem-ai-a-26-festa-da-jabuticaba-de-cachoeira-do-campo>> Acessado em 12/12/2020.

JORNAL VOZ ATIVA. *Festa da goiaba de São Bartolomeu, em Ouro Preto-MG, acontece nesse fim de semana e celebra os 10 anos do registro da produção doceira como patrimônio imaterial*. Ouro Preto, 14/04/2018. Disponível em: <<https://jornalvozativa.com/cultura/festa-da-goiaba-de-sao-bartolomeu-em-ouro-preto-mg-acontece-nesse-fim-de-semana-e-celebra-os-10-anos-do-registro-da-producao-doceira-como-patrimonio-imaterial/>>. Acessado em 12/12/2020.

JORNAL VOZ ATIVA. *Festival Gastronômico de Glaura, distrito de Ouro Preto- MG, acontece neste fim de semana*. Ouro Preto, 10/07/2019. Disponível em: <<https://jornalvozativa.com/cultura/agenda-cultural/festival-gastronomico-de-glaura-distrito-de-ouro-preto-mg-acontece-nesse-fim-de-semana/>>. Acessado em: 12/12/2020.

JUNQUEIRA, M. A. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fontes do historiador. In: JUNQUEIRA, M. A.; FRANCO, S. M. S. (Org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa* (vol.II). São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011. v. 1. 129 p. Disponível em: <<https://leha.fflch.usp.br/sites/leha.fflch.usp.br/files/inline-files/CSP2.pdf>> Acessado em: 21/07/2021.

LEITE, I. B. *Antropologia da Viagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEITE, M. L. M. *Livros de viagem (1803-1900)*. São Paulo: Edusp, 1997.

LEMONS, A. Monografia da freguesia da Cachoeira do Campo. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. 13, p. 77-111, 1908.

LUCCOCK, J. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

MENESES, J. N. *História e turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NORA, P. Entre Memória e História – a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acessado em 16/01/2013.

PIRES, M. C. Cozinha mineira e abastecimento alimentar nos campos de Vila Rica de Ouro Preto no século XVIII e início do XIX. In: *Revista História e Cultura*, Franca, Vol. 9, N° 2, p. 53-72, 2020. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3337>>. Acessado em 15/07/2020.

PIRES, M. C. Das viagens dos cientistas no século XIX aos modernistas: a mineiridade e o despertar do turismo das Cidades Históricas de Minas Gerais, Brasil. In: *Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade*, Caxias do Sul, Vol. 9, N° 3, p. 405-416, jul./set. 2017. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/5224>>. Acessado em 31/10/2017.

POHL, J. B. E. *Viagem ao interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951. Vol. 2.

PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano de São Bartolomeu – Ouro Preto*, MG. Ouro Preto: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, 2005.

PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário da tradicional produção de Doces artesanais de São Bartolomeu*. Ouro Preto: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, 2008.

PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Processo do Registro das Celebrações do Divino Espírito Santo em São Bartolomeu*. Ouro Preto: Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, 2015.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

SCHEMES, E. F. A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: lugares dos historiadores, velhos e novos desafios*. Florianópolis, jul. 2015. Disponível em: <http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439245917_ARQUIVO_2.ARTIGOANPUH2015Elisa-Final.pdf> Acessado em: 21/07/2021.

SCIFONI, S. Paisagem cultural. In: Grieco, B.; Teixeira, L.; Thompson, A. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro/Brasília: IPHAN/DAF/ Copedoc, 2016 (verbetes). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>> Acessado em: 15/12/2020.

SIVIEIRO, F. P. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. *Revista CPC*, São Paulo, n.19, p.80–108, jun. 2015. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/90786/97599>> Acessado em: 30/07/2021

SPIX, J. B. & MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573991/001118266_Viagem_pelo_Brasil_v.1.pdf?sequence=14&isAllowed=y> Acessado em: 21/09/2020.

WERKEMA, M. Glaura - *Casa Branca. Origens e História*. 2009. Disponível em: <[https://www.ouropreto.com.br/distritos/glaura-casa-branca#:~:text=%C3%89%20tombada%2C%20desde%201962%2C%20pelo,Preto%20\(1749%2F1814\)≥](https://www.ouropreto.com.br/distritos/glaura-casa-branca#:~:text=%C3%89%20tombada%2C%20desde%201962%2C%20pelo,Preto%20(1749%2F1814)≥)> Acessado em: 15/12/2020.

Data de recebimento: 31/07/2021.

Data de aprovação: 24/03/2022.